



"GOTAS NO OCEANO"

- 50ª GOTA -

JUNHO / 2008

Autoria: Dr. Jair Coelho

SEGURANÇA JURÍDICA

Quando ouvimos falar no Direito Fundamental à Segurança – garantida constitucionalmente ao indivíduo – de imediato passamos a pensar sobre Segurança Pública em sentido estrito (*strito sensu*), a segurança do cidadão em relação a violência e a criminalidade, sua fragilidade em face deste fenômeno social. Entretanto, o texto da Magna Carta, em seu art.5º, é, sem dúvida nenhuma, muito mais abrangente, tem um sentido bem mais amplo (*lato sensu*), não exaure em sua interpretação apenas a Segurança Pública. Objetiva, também, a Segurança Jurídica do cidadão amparado pelos ditames constitucionais e sua força normativa. Visa trazer regras prévias que determinarão direitos e garantias, em torno do tema, orientando condutas nas relações do Estado com o seu administrado, dos indivíduos com os seus semelhantes, bem como as relações entre os Poderes, Entes e órgãos componentes do organismo estatal.

Então, há de se especificar quais dispositivos constitucionais refletem a preocupação do constituinte originário em garantir e salvaguardar tal direito, petrificando-o sob o status de direitos fundamentais, inalienável por sua própria natureza. Podemos elencar numa grande quantidade de preceitos constitucionais, conceitos, institutos e princípios expressos e tácitos, que objetivam a proteção da Segurança Jurídica do cidadão brasileiro, assim sinalizamos:

Inicialmente, podemos informar o Princípio do Juiz Natural que consiste na vedação a criação de "Juízos ou Tribunais de exceção", trazido no art.5º - XXXVII, bem como no inciso LIII, do mesmo artigo, que aduz: "Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", formatando a necessidade de se respeitar a competência constitucional em razão da matéria, para a apreciação pelo Poder Judiciário. Competência esta determinada

previamente na Carta Cidadão, vedando, assim, a configuração casuística e aleatória de juízos ou tribunais, como se verificava ao longo da história, conforme a vontade de quem detinha o poder.

Possível elencar outros dispositivos constitucionais não menos importantes em relação ao tema, que conferem a função assecuratória nas relações jurídicas, são eles: 1) os Princípios da Legalidade e da Anterioridade da lei penal incriminadora, que aduz: “não haverá crime se não houver lei anterior que o defina”. Atrelado umbilicalmente a estes princípios está o: 2) Princípio da Irretroatividade da lei penal “in pejus” (em prejuízo do réu) ou da Retroatividade da lei penal mais benéfica ao acusado.

Prosseguindo na demonstração de dispositivos constitucionais que garantem a segurança jurídica, dentre outros: 3) o inciso XXXV do art.5º determinando que a “lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito”. Ainda no mesmo artigo observamos o que preceitua: 4) o inciso XXXVI – “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Note-se que o direito já adquirido, ou seja já fazendo parte do patrimônio do indivíduo, ou os efeitos produzidos por atos juridicamente perfeitos e acabados, ou, ainda, os efeitos da coisa julgada por sentença ou decisão irrecorrível, definitivamente adquirem caráter de imutabilidade, resguardando um sentido de segurança para quem está enquadrado nestas hipóteses.

Ainda, os Princípios da Ampla Defesa, do Devido Processo Legal e do Contraditório (expressos no texto – incisos LIV e LV) e do Duplo Grau de Jurisdição (tácito – decorrente da interpretação dos anteriores) são garantias de equilíbrio entre as partes litigantes, quando se enfrentam em ações judiciais ou administrativas.

A Presunção de Inocência ou de não-culpabilidade (inciso LVII) que, em síntese, assevera: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Consubstanciado neste preceito o STF editou a Súmula 716, admitindo a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nele determinado, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

A instituição dos chamados “Remédios Constitucionais”, por sua própria importância e função, devido ao seu “status”, são ações que tem a missão de assegurar direito e garantias fundamentais, e, assim podemos enumerá-los: a) o habeas corpus (LXVIII), contra violência ou coação da liberdade de locomoção (ir e vir) do indivíduo; b) Mandado de Segurança (LXIX) visando proteger o direito líquido e certo de ilegalidade ou abuso do poder de autoridade pública; c) Mandado de Injunção (LXXI) sempre que houver falta de norma regulamentadora tornando inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais, inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania; d) Habeas Data (LXXII) que visa assegurar o conhecimento de informações contidas em registros ou banco de dados oficiais, relativos à pessoa do impetrante,

bem como para a retificação, quando não se prefira fazer por processo administrativo ou judicial sigiloso.

Ressalte-se, ainda, a tão importante garantia do inciso XXXIV, que consiste, independentemente de pagamento de valores a título de taxas: I) do direito de petição junto aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abusos de poder; II) da obtenção de certidão em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Finalmente, além dos comandos constitucionais citados anteriormente, podemos demonstrar, ainda no âmbito do art.5º, alguns incisos que fazem referência à Segurança Jurídica e sua conseqüente formatação em conformidade com a doutrina dominante no nosso panorama jurídico. Podemos citar : no inciso XLV) o Princípio da Personalidade ou Personificação – “nenhuma pena passará da pessoa do condenado...”; no XLVI) o Princípio da Individualização da Pena – “a lei regulará a individualização da pena...”; no LVI) a Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada – “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos...”; no LXI) “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade competente...”; no LXII) a comunicação da prisão ao juiz competente, à família ou à pessoa indicada pelo acusado; no LXIII) a Informação acerca dos seus direitos ao indivíduo preso, bem como a garantia ao seu direito de permanecer em silêncio, e ainda à assistência por profissional e familiar; no LXIV) a Identificação dos responsáveis pela prisão ou interrogatório; no LXV) o Direito ao relaxamento de prisão ilegal; e, por fim, no LXI) o direito à liberdade provisória, nos casos que a lei permite, dentre outros não menos importantes.

Referencial Teórico

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. Ed. Saraiva. 12ª Ed. rev. atual. e ampl. Até a EC 56/07. São Paulo – SP, 2008.

MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. Ed. Atlas. 4ª Ed. São Paulo – SP. 2004.